

JOAQUIM RAFAEL

PINTOR E ESCULTOR PORTUENSE

NASCEU este esquecido artista na cidade do Porto, na rua do Postigo do Sol, junto ao Arco de Vandoma, freguezia da Sé, a 3 de Fevereiro de 1783.

Foram seus paes Bento José Rodrigues e D. Maria Victoria da Costa. Ignoramos onde e como fez os seus primeiros estudos; sabemos, porém, que frequentou a chamada *Escola da Porta de Olival*, fundada pelo pintor paysagista francez Pillement (1719-1810), d'onde sahiram os *Vieiras Pai e Filho*, o *snr. Joaquim Raphael* e alguns outros artistas contemporaneos.

Em 23 de Novembro de 1802 matriculou-se na aula de desenho, mantida pela benemerita *Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro*, na classe de alumno extraordinario.

D'ella era professor substituto, na ausencia de seu filho, o celebre *Vieira Portuense*, Domingos Francisco Vieira, que desempenhou este cargo desde 1 de Novembro de 1802 a 30 de Junho de 1803.

Francisco Vieira Portuense, no seu regresso de Inglaterra, regeu, nos annos de 1803 e 1804, a referida aula de desenho, encorporada na nova *Academia Real de Marinha e Commercio da Cidade do Porto*, creada por alvará de 9 de Fevereiro de 1803, e foi seu director por carta regia de 1 de Outubro do mesmo anno.

Foram professores d'esta aula, em 1803, José Teixeira Barreto e Raymundo Joaquim da Costa e mais tarde, em 1806, Domingos Antonio de Sequeira occupou o lugar de seu director.

E' natural, pois, que fossem estes notaveis artistas e considerados professores, aquelles de quem Joaquim Rafael recebeu os esclarecidos ensinamentos que, juntos á sua natural vocação, o encaminharam na sua futura carreira artistica.

Aproveitamos o ensejo para corrigir um lapso commettido por nós, fiando-nos no consciencioso investigador José Mar-

celino Peres Pinto, auctor dos *Apontamentos para a historia do Porto*, Porto, 1869, ao indicarmos ⁽¹⁾ como seu primeiro trabalho pictorico um celebre quadro historico, allusivo ao dia 7 de Junho de 1808, dia em que o Porto levantou o grito de independencia contra as hostes napoleonicas.

Foi o nosso amigo o *snr. Dr. Pedro Victorino* quem, no

seu valioso livro *José Teixeira Barreto, artista portuense*, demonstrou, com interessantes documentos, que havia sido este o auctor do referido quadro, que Raymundo Joaquim da Costa gravou a agua forte ⁽²⁾.

Em 1814, como informa um biographo, fez a pintura para dois grandes arcos que a Camara mandou erigir á entrada do Poço das Patas e no alto da rua de Santo Antonio para a recepção dos regimentos 6 e 18, que regressavam da guerra peninsular.

Em seguida fez as pinturas para o monumento funebre das exequias mandadas fazer pela Camara pela morte da rainha D. Maria I; as pinturas para a illuminação que a mesma Camara mandou fazer pela aclamação de D. João VI e os esboços a oleo do Horto e Portação da Cruz para as capellas de Mathosinhos.

Em 1815 pintou um quadro representando a *Ascensão de Christo* para a Igreja da Irmandade das Almas de Santa Catharina.

Para o mosteiro de Tibães pintou, por esta época, um painel com a *Senhora da Soledade*,



⁽¹⁾ No nosso trabalho *Joaquim Rafael, pintor e escultor portuense*, Coimbra, 1923, de que este artigo é um resumo, acrescentado, porém, com algumas noticias que, posteriormente, alcançamos.

⁽²⁾ Anteriormente, em 1920, também estava convencido que este quadro era de Joaquim Rafael, como afirmou a pag. 32 do folheto *Centenario da revolução de 1820—Museu historico inaugurado no Salão do Theatro de S. João, por occasião das festas commemorativas promovidas pela Ex.^{ma} Camara Municipal do Porto*.

outro com uma paisagem e o tecto d'uma das salas, onde figurou o Genio da Pintura.

Tendo triumphado a revolução liberal, iniciada no Porto em 24 de Agosto de 1820, determinou o governo que, para commemorar esse factio historico, se levantasse na Praça da Constituição, antiga Praça Nova, um monumento executado em pedra.

A Camara do Porto escolheu para este fim a Joaquim Rafael que, em 29 de Junho de 1821, expoz em sua casa o primeiro projecto, de que fez imprimir a respectiva descripção. N'este trabalho teve por collaboradores a Manuel Moreira da Silva e João José Braga.

O pintor João Baptista Ribeiro, auctor d'um novo modelo do monumento, e o grande poeta Almeida Garrett criticaram mais ou menos asperamente, na imprensa, este projecto, o que levou o nosso artista a apresentar outro, de que igualmente fez imprimir a descripção.

Por fim a Camara abriu concurso para a apresentação dos projectos do monumento, a que concorreram Joaquim Rafael com os dois mencionados modelos e João Francisco dos Guimarães com um, que esteve patente ao publico no *Gabinete de leitura na Loja da Borboleta*.

Foi approvedo, por maioria de votos, o primeiro projecto de Joaquim Rafael, realizando-se o lançamento da primeira pedra do monumento em 24 de Agosto de 1822, segundo um pomposo *Programma* de festas, então impresso. Cahido o regimen liberal, pela contrarevolução de 1823, foram destruidos os alicerces do monumento, em 30 de Junho d'esse anno, em cumprimento d'uma portaria.

Joaquim Rafael pintou ainda, n'esta época, um quadro allegorico e alusivo á Regeneração de Portugal, dedicado e offerecido ao Augusto Congresso Nacional, cuja descripção existe impressa.

Executou ainda diversas pinturas para as festas patrioticas que se realizaram no Porto. Assim, nos festejos que tiveram logar n'esta cidade nos dias 1 a 4 de Maio de 1821, pelo motivo de D. João VI ter, no Rio de Janeiro, jurado a constituição que as côrtes viessem a fazer, e nas que houve no dia 24 de Agosto do mesmo anno, primeiro anniversario da revolução, planeou e executou varias pinturas allegoricas.

No primitivo Theatro de S. João, obra do corregedor Francisco de Almada e Mendonça, onde na tribuna real existiu «o Retrato de Sua Magestade (D. João VI), em pé, n'hum grande Quadro do Portuense Joaquim Rafael» (1), houve nas noites de 15, 16 e 17 de Outubro de 1820 um divertimento executado pela companhia dos actores italianos, em que appareceram diversas pinturas allegoricas. Refere um jornal da época (1): «A Invenção e Pintura do referido Espectaculo deve-se toda ao muito habil artista Joaquim Rafael».

Póde pois concluir-se, com o seu biographo Manuel José Carneiro, que este pintor «fez pinturas para todas ou quasi todas as illuminações que se fizeram (no Porto) desde 1820 a 1823».

Em sessão do dia 7 de Outubro de 1822 da *Sociedade Patriota Portuense*, apresentou o socio Rafael «o Plano da Salla das nossas Sessões, e das Obras que n'elle projectão fazer-se», e que «foi remettido á Commissão Economica, onde será patente áquelles socios que d'elle quizerem tomar conhecimento».

Além das referidas pinturas, Joaquim Rafael pintou muito no Porto, como adiante se verá na relação que apresentaremos dos quadros que d'elle conhecemos, o que levou o conde de Raczynski a escrever a seu respeito no seu livro *Les arts en Portugal*: «M. Raphaël a été, pour Porto, ce que Pedro Alexandrino était pour Lisbonne; mais peut-être avec moins de succès. Beaucoup d'églises de cette ville, possèdent des ouvrages de lui».

Outro estrangeiro, Adrien Balbi, no seu *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, fez-lhe, em 1822, alguns elogios.

Em 20 de Junho de 1825 foi nomeado primeiro pintor da camara e côrte por D. João VI, por intervenção do conde de Suberra.

Por aviso de 8 de Agosto do mesmo anno ordenou o mesmo monarcha que fosse empregado em todas as suas reaes obras e pago conforme a sua graduacão e pericia. Ainda em Setembro do referido anno foi incumbido de modelar em cera os bustos do rei e de todos os membros da sua real familia.

Existe o de D. João VI no palacio de Queluz, no quarto onde falleceu D. Pedro IV, e o de D. Carlota Joaquina no palacio da Ajuda.

Para a capella real da Ajuda pintou, segundo parece, cinco quadros cujos assumptos, escolhidos por D. João VI, eram: Nossa Senhora da Conceição; Santa Margarida, rainha da Escocia; Santa Izabel, rainha de Portugal; S. Luiz, rei de França, e S. Fernando, rei de Hespanha.

Em 1829 desenhou o retrato da princeza D. Maria Francisca Benedicta.

De 1826 até 1833 regeu uma academia ou escola de desenho de bellas-artes, annexa ás obras do paço d'Ajuda, d'onde sahiram uns cincoenta e oito artistas, como refere o seu biographo João José dos Santos.

Em 1834 pintou para a sala da Camara dos Deputados, no convento de S. Bento, o retrato de D. Maria II.

Outro retrato d'esta soberana, pintado pelo mesmo artista por estes annos, existe na sala de D. Maria II do Museu de Artilharia.

Em 25 de Outubro de 1836 foi nomeado professor da aula de desenho de figura da Academia de Bellas-Artes de Lisboa.

No anno seguinte publicou em Lisboa a descripção dos modelos dos três monumentos destinados a serem erigidos: á memoria de D. Pedro IV; como commemoração da batalha da Asseiceira e para encerrar o coração d'aquelle rei, doado á cidade do Porto.

Ao primeiro e ao terceiro se refere, em diversos logares que vamos transcrever, a *Exposição dos principaes actos administrativos da Camara Municipal da Antiga, muito Nobre, sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto em 1837, pelo seu Presidente Lucianno Simões de Carvalho*, Porto, 1838.

N'uma sessão de Fevereiro: «Nomeou uma Commissão composta de treze Cidadãos para darem o seu parecer relativamente ao projecto, que se incetou de levar a effeito um monumento dedicado á memoria do Immortal Duque de Bragança».

N'uma sessão do mez seguinte: «Requero ao Governo a concessão dos Modellos para o Monumento do Immortal D. Pedro».

Eis o requerimento: «Senhora:—Tendo a Camara Municipal da Antiga, muito Nobre, sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto destinado a levar a effeito um monumento dedicado á gloria do saudoso Pai de V. M. e tendo nomeado uma commissão para os trabalhos preparatorios de tão alto objecto, constou a este que na Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino existia um modello para o referido monumento mandado fazer por ordem de V. M. E porque a Camara certa de que esta obra será completa por ser trabalho concluido por um habil genio, implora a V. M. a graça de ser entregue ao vereador d'esta Camara João José Coelho que se acha actualmente na Capital para este fazer a competente remessa para esta Municipalidade.

A Camara, Senhora, espera que V. M. generosamente lhe concederá uma obra, que tanto concorrerá para em breve ter principio aquella tão devida, e desejada memoria. Deos Guarde a V. M. Porto, e Paços do Concelho 8 de Março de 1837.—*Lucianno Simões de Carvalho*, Presidente — *José Maria Ribeiro Pereira*, Fiscal — *José Carneiro*

(1) Vide *Mnemosine Constitucional*, n.º 55, de 27 de Novembro de 1820.

Geraldes de Vasconcellos — Joaquim José de Freitas — José Teixeira Pinto — Jacintho da Silva Pereira — José Joaquim Carneiro Leal».

Em sessão de Julho, finalmente, conseguiu a Camara a realização dos seus desejos: «Obteve do Governo de Sua Magestade os Modellos para o Monumento do Imperador D. Pedro, feitos pelo Professor Joaquim Rafael».

Foi seu filho Antonio Rafael, artista de quarta classe agregado ás aulas de pintura de payzagem da Academia de Bellas-Artes de Lisboa, a pessoa nomeada, em 11 de Julho d'aquelle anno, para conduzir ao Porto os referidos modellos.

Em Agosto, segundo a citada *Exposição*: «Reunio a Commissão para se approvar o Modelo ou desenho para o Monumento do Imperador D. Pedro, e foi approved o Modelo do Professor Joaquim Rafael; e o Desenho de Joaquim da Costa Sampaio Pina, a quem se conferirão os premios».

Quanto ao monumento ao rei-soldado, não chegou a Camara portuense a erguer o projectado pelo seu patricio, mas um outro, devido a um escultor estrangeiro Anatole Celestine Calmels, que foi inaugurado em 1866. O coração de D. Pedro IV foi encerrado no monumento, projecto do mencionado Joaquim da Costa Lima (e não Pina), cuja gravura o *Tripeiro* reproduziu n'um dos seus ultimos numeros.

Nos *Quadros historicos*, do insigne estylista Antonio Feliciano de Castilho, publicados em 1839, vem uma estampa representando *D. Fuas Roupinho: Primeiro triumpho naval dos portuguezes*. E' uma lithographia de Sendim de um quadro a oleo de Joaquim Rafael, existente actualmente no *Museu Soares dos Reis*.

Tambem para o seu amigo Castilho pintou uns *estores*, que foram mais tarde offercidos a Caldas Aulete.

Afim de serem utilizados pelos alumnos da Academia compoz uns *Elementos de desenho colligidos e adoptados pela Academia das Bellas-Artes de Lisboa para uso dos seus discipulos*, publicados em Lisboa em 1840.

D'elles ha varias edições, que são acompanhadas de dezoito estampas lithographadas, segundo desenhos do auctor.

Na 1.^a, 2.^a e 3.^a exposições triennaes, promovidas em 1840, 1843 e 1852 pela mesma Academia, expoz diversos trabalhos, cuja relação se pôde ver no nosso citado trabalho.

Sobre o merecimento dos trabalhos enviados á segunda d'aquellas exposições escreveram Garrett no *Jornal de Bellas-Artes* e Raczyński no livro *Les arts en Portugal*.

Em 1846 foi o nosso pintor nomeado Academico de Merito da Academia Portuense de Bellas-Artes.

Na cidade de Guimarães existem muitas pinturas de Joaquim Rafael, em igrejas e casas particulares; porém, apenas conhecemos as da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, mencionadas pelo Padre Ferreira Caldas na sua conhecida monographia d'aquella vetusta cidade.

Em 1848, juntamente com José Francisco Ferreira de Freitas, executou as pinturas da igreja de S. Julião da cidade de Lisboa.

A proposito d'estas pinturas escrevia um jornal da época: «O snr. Joaquim Rafael deve estar satisfeito pela felicidade do pensamento e da boa composição, e de ter dado ao seu paiz um monumento de arte que o enriquece. Obras como estas são por si mesmo o elogio do seu auctor, a melhor prova do seu merecimento, do seu talento, e do seu estudo. O snr. Joaquim Rafael, discipulo do insigne Vieira Portuense, não deixa morrer para o paiz o nome do grande mestre, cuja sorte sustenta e acredita.»

No dia 20 de Abril de 1857 foi acometido por um insulto de paralyasia e em 23 de Maio de 1861 foi jubilado com o ordenado por inteiro.

Recebeu, em data que não conseguimos averiguar, o habito da Ordem de Christo.

Falleceu a 14 de Agosto de 1864 na sua casa da rua da Escola Polytechnica n.º 25, pelas 8 horas da manhã,

sendo sepultado no cemiterio dos Prazeres. Havia morado na rua de S. Marçal, para onde viera de Bemfica, cujos ares beneficos lhe haviam sido aconselhados pelos medicos.

João José dos Santos, que o conheceu e com elle lidou durante muitos annos, assim conclue a biographia do pintor: «Joaquim Rafael tinha uma alma bondosa, o espirito alegre e folgazão; prazenteiro sempre na sociedade, seus numerosos discipulos encontraram sempre n'elle o solícito empenho de um professor, junto aos cuidados de pae. Tudo que sabia, era seu desejo communcial-o aos alumnos, não poupando nem zelo, nem palavras para os adiantar. Amigo de todos, todos com o maior respeito e confiança recebiam suas lições e seus exemplos. Era um bonito quadro ver Joaquim Rafael no meio dos seus discipulos, a quem elle chamava seus meninos e seus filhos; buscavam-n'o com amor; ouviam-n'o com gosto e d'isto resultava a boa vontade dos discipulos no amor á arte».

A esta apreciação do caracter e bondade de Joaquim Rafael, «pintor fecundo, correcto, temperado», segundo o nosso amigo o snr. Manuel de Oliveira Ramos, juntamos a opinião de Manuel José Carneiro a respeito do seu merecimento artistico: «Não tem Joaquim Rafael a força do desenho do insigne Domingos Antonio de Sequeira nem a suavidade e transparencia do colorido do insigne Francisco Vieira Portuense, mas tambem nunca foi estudar fóra de Portugal, e as obras que deixamos enumeradas valem muito mais que as de Taborda e Fuschini e d'outros que estudarão em Roma oito e nove annos.»

Resumidamente damos, para finalizar, uma lista dos seus quadros. No *Museu Soares dos Reis* ha os seguintes, originaes e cópias: *Santo Antonio adorando o menino Jesus; Barco do Douro com pipas, á vela; Alegoria á Medicina; Democrito; Retrato de Daniel Seghers; Um esboço do quadro do Carmo; Peixes; Alegoria á morte de Napoleão; Nossa Senhora da Conceição; Encontro de Jesus Christo e Nossa Senhora; Santo Antonio; Cabeça d'um enfermo; Cabeça de S. Paulo e D. Fuas Roupinho*. Ha tambem na primeira sala d'este museu uma pintura sua a fresco: o *Genio da pintura*.

Em diversas igrejas, capellas e outros edificios da cidade do Porto existem ou existiram estes: na *Capella do cemiterio do Prado do Repouso* houve varias pinturas no tecto, porém só resta, hoje, a do medalhão circular que fecha a abobada; na *Egreja dos Clerigos*, a *Assumpção da Virgem* e o *Pano da tribuna*; na *Egreja da Misericordia*, *Christo na Cruz*, cópia de Vieira Lusitano, e *Nossa Senhora da Conceição*; na *Egreja do Convento de Santa Clara*, um quadro no altarmór representando um episodio da vida da santa; na *Egreja de Santo Ildefonso*, pinturas diversas no tecto; na *Capella de Nossa Senhora da Lapa*, *S. Sebastião*, cópia, segundo parece, de Vieira Portuense, e *O presepio de Belem*, cópia de Rafael de Urbino⁽¹⁾; na *Capella de S. Christim*, existiam seis medalhões pintados a fresco, representando *S. Pedro*, *S. Paulo* e os *quatro evangelistas*; na *Capella das Almas de Santa Catharina*, a *Ascensão de Christo*; na *Capella do hospital da Ordem Terceira do Carmo*, dois medalhões a fresco, representando *S. Pedro* e *S. Paulo*; na *Egreja dos Congregados*, *Nossa Senhora da Conceição*; na *Egreja do convento das franciscanas do Monchique*, pintura do altarmór; na *Misericordia*, retrato de D. João VI, em corpo inteiro; na *Relação*, outro retrato do mesmo rei; em

(1) Sobre este quadro informou-nos, amavelmente, o snr. Dr. Pedro Victorino: «Diz *O Patriota*, jornal portuense de 1821, que J. Rafael pintou o painel da igreja de N.ª S.ª da Lapa. E' curioso notar que o nome do artista não seja indicado no assento do pagamento, que é o seguinte, como meu pae viu e copiou: «Pago a Antonio José Vieira da pintura do pano grande da tribuna, conforme a sua conta e recibo, 363\$735. Idem, pelo que custou o dito pano em branco, 155\$400». Parece ter J. Rafael trabalhado por conta d'outro. Mas quem seria esse Antonio José Vieira? Algum parente da familia de artistas, Vieira?»

casa de *Eugenio Ferreira Pinto Basto, Christo na Agonia*; em casa do *snr. Abilio Barroso*, Calçada das Virtudes n.º 1, um quadro de grandes dimensões (2^m,45 × 1^m,65) representando uma payzagem e na *Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade* ha, segundo informação do nosso amigo o *snr. Dr. Pedro Victorino*, alguns retratos em tamanho natural, entre elles os do Visconde de Balsemão e de J. Paschoal são de excellente aspecto.

Em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga, devem existir muitos trabalhos de Joaquim Rafael, visto que, durante a gerencia do marquez de Sousa Holstein, foram effectuadas compras de desenhos provenientes do espolio do mesmo e d'outros artistas. Porém, conforme resulta da leitura do *Catalogo da collecção de desenhos* do mesmo museu, só alli existem, visiveis, o retrato do pintor José da Cunha Taborda e o desenho do diploma para os membros da Academia de Bellas-Artes, devidos ao nosso pintor.

Ainda n'uma *Relação dos quadros pertencentes aos conventos abandonados que o Lente de Desenho da Academia do Porto, João Baptista Ribeiro, julga importantes*, publi-

cada pelo nosso amigo o *snr. Nogueira de Brito*, no tomo XIII do *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes* (1921), encontramos menção de dois trabalhos de Joaquim Rafael: *Convento dos Grillos*, Capella do Sacramento, oval (em nota corrige-se para *redondo*) em cobre, frente do arco, Coração de Jesus e *Santo Antonio da Cidade*, refeitorio, Cea (em nota diz: «Cea dos Apostolos, cópia por Joaquim Rafael e não João Rafael»).

Este resumido artigo, em que procuramos fazer lembrado um artista portuense de relativo merecimento, porém quasi desconhecido, tem por fim inaugurar, no *Tripeiro*, uma secção, onde se trate d'outros artistas portuenses dos tempos passados, como João Baptista Ribeiro (sobre elle prepara um estudo o *snr. Dr. Pedro Victorino*, José Teixeira Barreto (d'elle se occupou o mesmo senhor no livro citado), José Alves Ferreira Lima (para cuja biographia andamos colhendo subsidios), Raymundo Joaquim da Costa, Guilherme Antonio Correia, João Antonio Correia, etc.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA.

Emquanto o Porto foi burgo

COMPARANDO o mappa actual d'esta cidade com o da sua *Descripção*, publicada pelo padre Rebello da Costa em 1789, vê-se differir ella tanto da de hoje, como a de então da do seculo XIV, quando a sua área se limitava ás duas collinas — Sé e S. Bento da Victoria — formada apenas pelas ruas da Madeira, Clerigos, parte do actual Campo dos Martyres da Patria (Largo de João Chagas ou, ainda, da *Cordoaria*, tomo o povo sempre lhe ha de chamar, desdenhando, por completo, as sympathias politicas do municipio, que não descança de as impôr a quem o elegeu, para ser agradável á alta burocracia do Terreiro do Paço); parte da Cordoaria Velha, Calvario e Escadas do Caminho Novo, seguindo pelos Guindaes e subindo a escarpa, que ainda conduz a Santa Clara e á rua de Cima de Villa.

Era esta a parte do Porto, a que, durante a Edade Média, se dava o nome de burgo, demarcado por muralhas, mandando mais n'elle os prelados que os reis, cujo poder pouco a pouco se foi fortalecendo, a principiar em D. Affonso IV, em 1394.

Havia, então, apenas a freguezia da Sé, sendo creadas cêrca de duzentos annos depois, em 1583, pelo bispo D. Fr. Marcos de Lisboa as da Victoria, S. Nicolau e S. João Baptista de Bellomonte, ao que se opozeram com embargos a Camara e o povo, sendo a ultima pouco depois extincta, passando a egreja a fazer parte do convento de S. João Novo, e as ruas, de que se compunha, das outras duas, decisão estipulada entre os reclamantes e o Bispo, por meio de

contracto lavrado em 16 de Julho de 1583, na Nota de Ruy de Couros, cujo cartorio em 1789 estava em poder de João José de Almeida, com escriptorio na rua Chã.

Em 1622 a população portuense era de 14.581 moradores; em 1732 de 20.737 e em 1787 de 63.505, devido a emigrarem, por causa do terremoto de 1755, de Lisboa e de outros pontos, numerosas familias, que aqui estabeleceram o seu commercio, augmentando tambem o movimento da navegação e portanto o de transacções de todo o genero.

O burgo principiou a civilizar-se em 1406, quando construiu casa sua propria, junto ás escadas que desciam da Sé para o Aljube, edificio modesto e de madeira que custou 200.000 dobras de panno.

Já então era o Porto muito frequentado por pessoas que aqui vinham tratar os seus negocios, pelo que D. Manoel resolveu em 1498, para commodidade e interesse dos forasteiros e tratantes, encarregar as auctoridades de inquirirem sobre o funcionamento das estalagens, e, não as achando bem providas de generos alimenticios, condemnarem os donos á perda dos privilegios e do negocio. Essas hospedarias estavam então quasi todas localisadas, como hoje, no perimetro de Nossa Senhora da Batalha, sendo propriedade, na maior parte, d'um Gaspar Coutinho, que já herdara de seus ascendentes umas, e outras as adquirira por contracto.

As transacções d'essa época eram tão vulgares e numerosas, quer a grosso, quer a retalho, que se tor-

nou necessario prover á subdivisão monetaria, creando-se, para isso, em 1415, uma Casa da Moeda, dizendo a tradição ser nos Loyos, talvez ao fundo da rua de Traz, para cunhar moedas de dez reis.

O Porto, de per si, já tinha opinião — a da classe mais trabalhadora e illustrada, d'onde sahiam os encarregados de interferirem na vida publica; mas como ainda estava muito longe de comprehender a acepção moderna da palavra cidade, dando-lhe o significado de progresso e civilização, desejava viver em harmonia com os seus interesses e commodidades — quem não quizesse a elles sujeitar-se, tinha de escolher outra terra. Por isso, a classe popular pediu a D. João I licença para vaguearem, livremente, pelas ruas os porcos, o que elle lhes concedeu. Este costume, já então antigo, deixou de ser fiscalisado pelas auctoridades, que, não podendo prohibi-lo, se sujeitaram a elle até 1513; então os *homens bons* d'essa época recorreram a D. Manoel para ser revogado, sob pena da multa de 500 reis aos donos dos suinos encontrados na via publica, pois não só a sujavam, mas interrompiam o transito e o trabalho, especialmente o dos tanoeiros, em parte feito ao ar livre, como nas ruas da Ourivesaria e dos Banhos, cujos moradores, para não soffrerem o fumo do arqueamento das pipas, conseguiram da Camara, em 1515, ser-lhes concedido, para fazerem esse serviço, o terreiro do Postigo de João Paes, n'um largo entre aquellas ruas, obrigando-os a pagar um fôro á cidade, visto já, desde 1439, serem dispensados, pelas côrtes, de irem a Lisboa